RACISMO: O SISTEMA DE COTAS SERIA UMA ALTERNATIVA DE INCLUSÃO SOCIAL VIÁVEL PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL EDUCACIONAL NO SISTEMA BRASILEIRO?*

Gabriela Martins Ferenz**

Alexandre Torres Petry***

RESUMO

O presente trabalho discorre sobre o conhecimento relacionado ao racismo e seus sistemas de cotas raciais a fim de promover a igualdade racial educacional no sistema brasileiro como alternativa de inclusão social para impedir à prática de discriminação. A questão a ser analisada neste trabalho é se a adoção de cotas raciais seria, de fato, uma boa política para concretizar a integração do negro na sociedade de maneira igualitária. Apesar de tantos anos após a abolição da escravidão, a população negra ainda é tratada com preconceito e discriminação. Para compreendê-lo com mais profundidade, faz-se pertinente discorrer sobre ele com base em uma perspectiva histórica, ou seja, na história da humanidade. Como objetivos específicos da presente pesquisa têm-se demonstrar para que se possa promover a igualdade racial de educação no Brasil será necessário

* Artigo apresentado ao Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Metodista – IPA, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Direito.

** Graduando do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Metodista – IPA.

*** Orientador do artigo. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Especialista em Direito do Consumidor e Direitos Fundamentais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Especialista em Direito & Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor da Faculdade de Direito do Centro Universitário Metodista – IPA.

ser desenvolvido desde a educação infantil nas escolas e não apenas na fase universitária, padronizações educacionais de ensino no Brasil. Ao final, conclui-se que o preconceito racial ainda é uma triste realidade que precisa ser combatida, e, para que haja uma verdadeira igualdade entre pessoas de todas as raças, é necessário combater o preconceito e adotar ações que possibilitem que todos tenham acesso às mesmas oportunidades, sem sofrer discriminação racial ou qualquer outra. Sendo que a adoção de cotas sociais, embora uma opção mais abrangente que as cotas raciais, deve ser vista como uma alternativa de política temporária, já que é realmente necessário é que o governo cumpra a sua responsabilidade de oferecer uma educação de qualidade para todos os brasileiros.

Palavras-chave: Racismo. Cotas Raciais. Educação. Desigualdade.

RACISM: WOULD THE QUOTAS SYSTEM BE AN ALTERNATIVE OF VIABLE SOCIAL INCLUSION FOR THE PROMOTION OF EDUCATION RACIAL EQUALITY IN THE BRAZILIAN SYSTEM?

ABSTRACT

The present work discusses the knowledge related to racism and its racial quota systems in order to promote educational racial equality in the Brazilian system as an alternative of social inclusion to present the practice of discrimination. The question to be analyzed in this work is whether the adoption of racial quotas would, in fact, be a good policy to concretize the integration of the black in society in an equal way. Despite so many fears after the abolition of slavery, the black population is still treated with prejudice and discrimination. To understand it in more depth, it is pertinent to discuss it on the basis of a historical perspective, that is, in the history of mankind. A specific objectives of the present research has been demonstrated to promote racial equality of discrimination in Brazil will be necessary to be developed since childhood education in schools ant not only in the university phase, educational standardization of education in Brazil. In the end, it is concluded that racial prejudice is still a reality that needs to be fought, and for there to be real equality between people of all races, it is necessary to combat prejudice and adopt actions that allow everyone to have access to the same opportunities, without suffering racial discrimination or any other. And the adaption of racial quotas, although a more comprehensive option than racial quotas, should be seen as a temporary policy alternative, since it is really necessary that

the government fulfills its responsibility to provide a quality education for all Brazilians.

Key words: Racism. Racial Quotas. Education. Inequality

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho discorre sobre o conhecimento relacionado ao racismo e seus sistemas de cotas raciais a fim de promover a igualdade racial educacional no sistema brasileiro como alternativa de inclusão social para impedir à prática de discriminação.

Assim, têm-se como problemas de pesquisa: o sistema de cotas seria uma alternativa de inclusão social viável para a promoção da igualdade racial no Brasil?

É incontestável que o Brasil tem, constitucionalmente, o objetivo fundamental de construir uma sociedade livre, justa e solidária, assim como promover a redução das desigualdades, sem preconceito de raça ou qualquer outra forma de discriminação.

Todos são iguais, afirma a Constituição Federativa do Brasil, mas, para que essa igualdade seja efetivada, é necessário tratar os iguais de maneira igual e os diferentes de maneira diferente, na medida de suas desigualdades, para que a justiça prevaleça. Nesse contexto, admite-se a utilização de ações afirmativas.

Também não se nega que a população negra sofreu por muitos anos e ainda sofre com uma discriminação racial que, muitas vezes, reduz-lhe as oportunidades.

A questão a ser analisada neste trabalho é se a adoção de cotas raciais seria, de fato, uma boa política para concretizar a integração do negro na sociedade de maneira igualitária.

Isso porque a sociedade brasileira é constituída por diferentes raças, porém, carrega marcas de desigualdade e discriminação, especialmente contra negros, impedindo por consequência o desenvolvimento econômico, político e social por completo dos negros.

Apesar de tantos anos após a abolição da escravatura¹, a população negra ainda é tratada com preconceito e discriminação.

O racismo no Brasil ocorreu desde o momento em que os negros foram forçados a entrar no país como escravos, exilados pela sua pátria, existindo sempre a diversidade humana, revelando através da história os percalços da difícil convivência com os diferentes, tornando-se perceptível que sempre estiveram em posições desiguais, em relação à oportunidade dos negros com relação aos brancos.

O crime de racismo, previsto na Lei n. 7.716/198², implica conduta discriminatória dirigida a determinado grupo ou coletividade e, geralmente, refere-se a crimes mais amplos. Nesses casos, cabe ao Ministério Público a legitimidade para processar o ofensor. A Lei enquadra uma série de situações como crime de racismo, por exemplo, recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou às escadas de acesso, negar ou obstar emprego em empresa privada, entre outros.

O comportamento do homem, ao longo da história da humanidade, sempre foi diferenciado para alguns grupos, sobretudo na origem étnica. O racismo vem surgir como desculpa para o tratamento desigual dessa etnia. Neste contexto, pode-se dizer que o preconceito é um entrave ao desenvolvimento e ao relacionamento fraterno da humanidade. É uma arma que dói que perfura e maltrata. É indiscutível sentir o preconceito e não sofrer, pois só quem já o sentiu é capaz de descrevê-lo.

Existe discriminação calcada em quase todas as razões e motivos: pelo vestuário, pela linguagem, pela cor, pelo credo,

¹ O processo de abolição da escravatura no Brasil foi gradual e começou com a Lei Eusébio de Queirós de 1850, seguida pela Lei do Ventre Livre de 1871, a Lei dos Sexagenários de 1885 e finalizada pela Lei Áurea em 1888.

² Lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor- site Planalto: <http://www.planalto.gov.br>.

pela posição social e por outras. Enfim, o preconceito causa frustrações e um grande sentimento de impotência, sobretudo o preconceito racial que é um dos tipos de exclusão mais comum nas sociedades.

Para compreendê-lo com mais profundidade, faz-se pertinente discorrer sobre ele com base em uma perspectiva histórica, ou seja, na história da humanidade.

Como objetivos específicos da presente pesquisa, busca-se demonstrar que para que se possa promover a igualdade racial de educação no Brasil será necessário ser desenvolvido um sistema educacional infantil padronizado nas escolas e não apenas na fase universitária, para que assim a igualdade de direitos se ocorra desde a infância para que o sistema tenha alternativas viáveis para a promoção da igualdade educacional, as quais não podem ocorrer somente na fase adulta.

A promoção da desigualdade social no sistema brasileiro não é um tema novo, mas sua relevância está no fato de ter uma ligação indissolúvel com os direitos fundamentais de igualdade, isonomia, equidade, todos consagrados na Constituição Federal de 1988.

A escolha do tema surgiu em razão de ser de extrema importância para a conscientização da sociedade brasileira, pois há inúmeros casos de racismo acontecendo todos os dias, muito embora, passados anos da abolição da escravidão e com as ações afirmativas, como as cotas raciais, para fortalecer a igualdade de direitos e ambas raças.

A pesquisa buscará realizar uma análise doutrinária e jurisprudencial com o intuito de possibilitar o entendimento e a identificação para saber se há resultados expressivos com relação à inserção de cotas raciais educacionais como alternativa para promover à igualdade racial.

2 RACISMO PRÉ- ABOLIÇÃO DE 1888

Observa-se que o preconceito racial sempre esteve presente, notadamente desde a trajetória de povos errantes, e que, em dado momento, passaram a organizar-se em sociedades tradicionais, e que desde essa época, distinção entre diferentes classes sociais e, com efeito, discriminação entre elas.

Não é possível determinar assertivamente datas que indiquem o surgimento do tratamento discriminatório em relação às diferentes etnias na humanidade.

Há comportamentos raciais doentios frequentemente, que não estando na pele de cada pessoa que sofre racismo, acabamos não percebendo o quão notório e significativo se torna para o ser humano. Eles refletem o racismo arraigado em amplos setores da sociedade que volta e meio vem à tona fazendo-nos lembrar que mais de 300 anos de escravidão não se apagam tão facilmente.

O Brasil depois da abolição, não viveu a segregação institucionalizada dos Estados Unidos ou a Apartheid da África do Sul, onde a discriminação racial era explícita. No Brasil, os negros, ao conquistarem sua libertação, tornaram-se cidadãos formalmente iguais a todos os outros. Porém, apenas formalmente. Na vida real, deixaram os grilhões que os prendiam aos senhores para serem jogados na vala comum da miséria, quando não da indigência.

Por conta das situações deploráveis dos escravos, que passavam por castigos físicos, desnutrição e doenças infecciosas, a mortalidade da população negra era alta no período da escravidão. Na história é muito pouco citado que boa parte dessas mortes acontecia por conta de suicídios, mas os relatos de vários estrangeiros que observaram a escravidão no século XIX mostraram que esse ato era muito comum na época. Os suicídios são classificados de duas formas: passivos, quando o escravo se recusava a se alimentar e ia morrendo lentamente, e ativos, quando ele tirava a própria vida através de afogamentos, enforcamentos ou arma branca. (VEIGA, 2008, p. 378)

O racismo de acordo com o autor (Jardim, 2016, p. 15) é uma produção social, ideológica e não biológica, que atinge a sociedade brasileira com um todo. Significa dizer que é um efeito intersubjetivo que cria barreiras contra o desenvolvimento pleno de pessoas e grupos, da mesma forma que justifica ações violentas esquivando seus agressores(as) do entendimento sobre a responsabilidade de ação. O argumento de falta de intenção ou percepção da existência ou não do racismo demonstra o quanto ele se tornou estruturante de nosso imaginário social, dificultando a compreensão de sua amplitude na subjetividade brasileira. Constituído o racismo brasileiro a partir da exploração de determinadas populações, que tiveram sua vida apropriada durante todo o processo colonial. As pessoas não conseguem reparar em si próprias mais querendo ou não, acabam não revendo seus equívocos, em que a grande maioria fala que não é racista, mas comete racismo, como quando passam na rua e acabam temendo ser assaltado justamente por um homem de pele negra do que um homem de pele branca que passa juntamente no mesmo instante.

O Estado brasileiro institucionalizou a existência de raças, e, com a oficialização das políticas de cotas procura extinguirem o denominado “racismo velado”, aquele que todos sabem que existe, mas o negam, alegando ser o Brasil um país miscigenado, transformando a miscigenação, de qualidade em defeito, pois esta serviria de suporte para o racismo, uma vez que a pessoa não poderia mais definir-se como mulato, moreno, entre outros. Tendo que se decidir em ser negro, branco ou amarelo, conforme o tom de sua pele.

3 DIREITOS HUMANOS E O RESPEITO À IGUALDADE RACIAL.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil iniciou uma nova jornada em busca da cidadania. O povo brasileiro aplaudiu a nova carta política e assiste a construção

de uma sociedade voltada para o coletivo, para o progresso e o bem-estar geral.

De modo geral, para que possamos entender como surgiu à discriminação social no Brasil, podemos mencionar que ainda na época colonial, quando os portugueses chegaram no país, foi possível identificar alguma forma de preconceito e discriminação, como por exemplo, a supremacia destes em relação aos povos nativos que aqui já habitavam e ainda assim tiveram que se render aos portugueses, além de serem tratados como animais e não terem o direito ou poder para manifestar suas vontades. (PESSOA, 2018, p. 11).

Em meados do século XIX, os negros/africanos foram legalmente libertos, entretanto, sabe-se que até hoje as consequências dos anos de escravidão são claramente visíveis e dão margem ao racismo, preconceito e/ou discriminação e concretizam a dívida histórica que ainda se deve a eles, e não somente, como também aos índios e imigrantes. (PESSOA, 2018, p. 11).

No mesmo sentido (BASTIDE, 2008, p. 155):

O Brasil de hoje é herdeiro de uma sociedade colonial e imperial escravocrata, onde o negro ocupou fundamentalmente a posição de pessoa escravizada. O Brasil em 1888 foi o último país a abolir a escravidão nas Américas. Um abolicionismo incompleto, que não permitiu incluir o negro na ordem social capitalista.

A relação entre Direito e discriminação é um tanto controversa. As discriminações contrariam o que está expresso no ordenamento jurídico brasileiro vigente, e, conseqüentemente, contrariam aquilo que é encargo do Direito, ou seja, o controle das relações sociais e a proteção dos direitos fundamentais, individuais e coletivos. (PESSOA, 2018, p. 02).

Em primeiro plano, é preciso levar em consideração que as discriminações, obviamente, ocorrem em um meio social. Portan-

to, faz-se necessária a compreensão do que seria sociedade. Na concepção descrita por Assis e Kümpel (2011, p.02), a estrutura social pode ser definida como uma série de relações sociais em que os indivíduos estão relacionados uns aos outros em um todo integrado. Consequentemente, o sistema de relações sociais forma a estrutura social. Essas relações, por sua vez, se constituem por diversos aspectos: educacionais, profissionais, religiosos, jurídicos, éticos, políticos, entre outros.

Atualmente, o que se vê na sociedade brasileira é uma divergência separatista, as minorias são parcelas da população que por alguma razão são taxadas de “diferentes”, daquilo que se considera normal, daquilo que se tem como um padrão social. Nesse âmbito, é possível citar os negros, as pessoas de classe econômicas menos favorecidas, os idosos e deficientes físicos. (PESSOA, 2018, p. 03).

Corroborando essa assertiva (NÓBREGA, 2009, p.14):

A luta pela concretização dos direitos das minorias na contemporaneidade é compreendida sob o enfoque da igualdade formal, da desigualdade material, e da identidade/diferença, como diversas dimensões do direito fundamental à igualdade. Nesse mesmo âmbito, ressalta-se que, a fim de se constituir uma igualdade material, portanto há de se atentar para a busca pela erradicação das desigualdades; e para o reconhecimento, a autonomia, o livre desenvolvimento e a valorização das identidades e das diferenças.

Percebe-se assim, que a Constituição Federal de 1988 incumbiu-se de tratar a respeito da igualdade entre os brasileiros e garantir que as diferenças existentes entre eles, sejam, no mínimo, respeitadas, ainda que na prática, sabe-se que não é o que ocorre de fato. Conforme artigos 3º e 5º:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A diversidade social é essencial para a nação, dessa forma, é algo que não precisa necessariamente ser aceito, mas no mínimo respeitado. O brasileiro precisa aprender a arte de conviver democraticamente e respeitar as diferenças existentes em sua volta. Precisa entender que nem todos conseguem e/ou devem seguir precisamente o padrão social médio e normal exigido pela maioria. (PESSOA, 2018, p. 03).

A igualdade é um direito que surge da identificação de semelhanças entre indivíduos. O que é igual se aproxima por um núcleo de identificação. Homens que se consideram iguais, mesmo em diversidades, têm o dever de respeitar o outro como deseja o respeito a si próprio, o que é uma máxima moral. Afinal, esta é a característica maior do ser humano: reconhecer outro homem como igual. Vamos além: a igualdade é um direito imposto à coletividade para proporcionar a vida em sociedade. (FERNANDES, 2016, p. 04).

Nossa ordem jurídica impõe a igualdade formal. Todos são iguais perante a lei; portanto, a lei estende seu manto a todos.

A igualdade material ou substancial pressupõe um tratamento uniforme, *in concreto*, para todos os homens; é idêntico direito de todos à informação, ao gozo efetivo, portanto, da efetiva da tutela de direitos garantidos pela constituição demais leis. O direito humano à igualdade racial é fagulha emanada do direito humano à igualdade. Nessa esteira interpretativa, por ser o direito à igualdade um direito universalizador, a igualdade racial, por dele derivar, também guarda essa mesma característica (FERNANDES, 2016, p. 04).

Avançam a intolerância, o desrespeito, a violência, a exploração e a guerra toda vez que o homem esquece suas características que o identificam como tal. A falta de compreensão e de autoconhecimento do próprio homem o leva a um estágio de falta compreensão de si e do outro. Sendo o que, a igualdade racial não pode ser entendida como um direito estanque e isolado. De outra forma, é um direito dinâmico que tem a natureza de princípio irradiador de normas e regras e condutas para todos o ordenamento jurídico e de toda a vida em sociedade (FERNANDES, 2016, p. 05).

A igualdade racial tem um obstáculo a ser ultrapassado para sua ideal compreensão. O que é o conceito de raça, requisito teórico indispensável para uma defesa jurídica e humana de tal direito. O problema da conceituação jurídica do termo raça é o caminho para o estabelecimento de parâmetros para aplicação desse termo no direito. (FERNANDES, 2016, p. 06).

Oracy Nogueira (1979, p. 79) define o preconceito racial como:

Uma disposição ou atitude desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de sua população, os quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido à ascendência étnica que lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito se exerce em relação à

prática, isto é, quando tomam por pretexto para suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca. Quando basta a suposição de que o indivíduo descendente de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem.

Há, hoje no Brasil, consenso a respeito da necessidade de uma concepção substantiva do princípio da igualdade, implicando olhar atento sobre as diferentes condições reais que apartam os seres humanos na concretude de suas existências, de sorte a exigir que situações dessemelhantes sejam tratadas, por meio de políticas públicas especialmente concebidas, de forma adequada, tudo para a superação das heranças trágicas que, desgraçadamente, entre nós abraçam a muitos. Concorde-se portanto, que o Estado cabe exigir mais do que a satisfação formal do direito fundamental ou a ação, omissiva ou comissiva, para prevenir ou reprimir inaceitável discriminação. É dever de o Estado atuar positivamente para a redução das desigualdades sociais. (CLÈVE, 2018, p. 33).

4 AÇÕES AFIRMATIVAS NO DIREITO BRASILEIRO

A separação entre pobres e ricos no Brasil é abismal. A desrespeito dos diversos esforços empregados na última década para diminuir a distância dos dez por cento mais para o restante na população por meio de programas governamentais de transferência de renda ou de inclusão social, o problema persiste disfarçadamente nos diversos matizes da sociedade brasileira (NUNES, 2016, p. 04).

A esse problema somam-se o da desigualdade por motivos raciais, que se agrava quando se comparam indicadores sociais e oportunidades de acesso aos bens de vida entre brancos, negros e indígenas (NUNES, 2016, p. 04).

A constituição brasileira de 1988 define o Estado brasileiro como democrático e de direito. O ordenamento jurídico do estado democrático de direito há de ser apreendido não apenas como aquele formalmente desenhado pela ação dos órgãos legislativos. Trata-se, antes, de apreendê-lo com bloco de ordenação normativa proveniente da ação daqueles órgãos, mas adotado de um sentido substantivo determinado. (CLÈVE, 2018, p. 26).

Afirmativas, portanto, são chamadas as ações e políticas públicas implementadas para a efetivação do princípio constitucional da igualdade. Este, um dos pilares da democracia moderna, substancia direito fundamental, princípio, objetivo e elemento nuclear da reserva de justiça plasmada na Constituição Federal. (CLÈVE, 2018, p. 32).

De acordo com Adriana Marinho (2018, p. 35), em seu artigo ela relata que:

As ações afirmativas surgiram a princípio, como medidas para corrigir a discriminação racial; todavia, expandiram-se para outros países, e ganharam novas percepções, passaram a ser utilizadas, não apenas em prol de negros, mas de todos os grupos socialmente vulneráveis na sociedade. [...] as ações afirmativas, também conhecidas como discriminação positiva, ação positiva, política, compulsória, medidas antidiscriminatórias etc., são uma política que busca contribuir para o combate à discriminação, seja de raça, gênero, deficiência, ou qualquer outro tipo de preconceito, presente na sociedade contemporânea.

Mais do que igualdade perante a lei, trata-se de exigir consideração isonômica na lei, de modo a superar a inconsistência da proclamação meramente formal. Com bem observa Fábio Konder Comparato (1993, p. 15), “sempre se suspeitou que a abstração isonômica servisse apenas para encobrir as terríveis desigualdades de fortuna e condição material, no seio do povo”.

A Lei nº 12.990, de 09 de junho de 2014, reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, englobando a administração direta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista controladas pela União. (NUNES, 2016, p. 03).

Trata-se de política social no terreno das ações afirmativas, com nítido propósito de tentar corrigir distorções históricas na formação da sociedade brasileira. Como se sabe, desde a época da colonização do Brasil, a população negra sofre injustiças que não se resumem apenas à discriminação em razão do seu principal estereótipo, que é a cor da pele. O período da escravidão deixou chagas que estão abertas até hoje e emanam desigualdades econômicas e sociais que atingem mais fortemente a população negra do que outras etnias. (NUNES, 2016, p. 01).

Não são poucas as explicações históricas que ajudam compreender por que as pessoas negras são preteridas em diversas oportunidades de crescimento pessoal e econômico. A principal delas sugere que, logo após a declaração da extinção da escravidão no Brasil, com entrada em vigor da Lei do Império nº 3.353, em 13 de maio de 1888 - conhecido como Le Áurea -, faltaram medidas que pudessem incluir o negro no mercado de trabalho, relegando ao abandono social uma população de ex- escravos, desterrados de seus países africanos. (NUNES, 2016, p. 02).

O Brasil atravessa todo o século XX com essa mentalidade, e as ações afirmativas no país, que deveriam ter datado desde a abolição da escravatura, somente iniciam seu despertar a partir dos anos noventa, alicerçadas no traçado democrático e igualitário fundamentado pela Constituição Federal de 1988. (NUNES, 2016, p. 04).

A noção de igualdade enquanto causa de políticas públicas afirmativas confunde-se com o próprio conceito de justiça, compreendida está no terreno da justiça social ou distributiva,

ou, ainda, justiça econômica, isto é, a aptidão das sociedades de distribuírem os bens produzidos ao maior número possível de pessoas, ainda que estas sejam escassas, respeitadas, evidentemente, a propriedade e a liberdade dos indivíduos como direito fundamental.

5 COTAS RACIAIS - LEI 12.990/2014

A previsão de cotas sociais para acesso ao serviço público, sem dúvida, insere-se no que atualmente se conceitua como “ações afirmativas”. A importância do direito para estabilidade de políticas protetivas de camadas da sociedade em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica permite que a política se espalhe por períodos mais duradouros, de modo que persistem até avançarem sua respectiva finalidade, não se reduzindo a um simples programa governamental.

Sem educação de base e saúde adequadas, as ações afirmativas ulteriores, como é o caso de cotas universitárias, passam a ser mais urgentes. E as cotas universitárias, são uma etapa das ações corretivas dos equívocos históricos, pois se complementam quando ensejam oportunidades de colocação no mercado de trabalho, de modo a conferir efetivamente à política anterior. Ações afirmativas, como as das cotas no serviço público, abrem um número maior de possibilidades de as pessoas que mais são atingidas pela ausência de benefícios públicos se libertarem do vicioso ciclo histórico da exclusão de oportunidades. (NUNES, 2016, p. 97).

Nesse sentido, a escola, assume a responsabilidade de ir além da simples transmissão do conhecimento e passa a se preocupar em preparar o aluno para atuar na sociedade. Nessa perspectiva, a gestão escolar toma para si o encargo de promover o trabalho coletivo, por meio da participação integral de todos os envolvidos da comunidade escolar para que juntos alcancem os objetivos educacionais desejados.

Conforme consta no §1º do Art. 2º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana³ (2004):

A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

Quanto maior o nível de educação (conhecimento) e de informação, maior a movimentação social, maior a movimentação social em busca de uma melhora na qualidade de vida e, portanto, de uma melhor atuação do Estado, enquanto gestor e implementador das denominadas políticas públicas. Os movimentos sociais e as manifestações públicas já se mostraram capazes de incentivar classe política a se movimentar com mais rapidez. Sendo essa situação uma das garantias trazidas pela Constituição Federal de 1988. (GODOY, 2014, p. 110).

O artigo 6º da Constituição Federal de 1988 estabelece que:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

³ O Ministério da Educação, comprometido com a pauta de políticas afirmativas do governo federal, vem instituindo e implementando um conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro.

No entanto conforme Godoy (2014, p. 111)⁴ em seu artigo relata que para a consolidação do modelo democrático desenhado em nossa constituição federal, os cidadãos brasileiros em idade escolar carecem de um sistema de ensino (e da consequente manutenção destes nos estabelecimentos educacionais até a sua completa formação) que lhes propicie capacidade de interpretar informações ventiladas nas mais variadas formas de mídia, para tornar mais efetiva sua reivindicação. Não é apenas o benefício de melhor participação na vida política do país que a educação traz, e sim toda a possibilidade de exercer cidadania, em seus mais amplos contornos.

Acreditando o autor Godoy (2014, p. 110) que, a cada nova geração ou dimensão dos direitos humanos, maior a necessidade de implementação de políticas públicas que melhor atendam aos anseios da sociedade, inclusive no que diz respeito aos direitos difusos, que foram definitivamente incorporados aos direitos dos cidadãos.

A Constituição Federal de 1988, estabelece um grande número de direitos sociais, que para serem atendidos, requerem políticas públicas bem estruturadas, que hodiernamente se encontram em diferentes fases, em razão de sua complexidade de seu conteúdo, discussão, planejamento, implementação, aprimoramento e correção. Dessa forma, cada política pública deve ter uma análise em separado, pois se situam em estágios distintos. (GODOY, 2014, p. 110).

Entendendo o autor (GODOY, 2014, p. 111), que o país precisa insistir na busca de educação de melhor qualidade, de um sistema que possibilite igualdade de condições de ensino a todos os estudantes, sejam eles de que classe ou condição for. Não deve se conter apenas no sistema de cotas raciais, que além de outros fundamentos, tem a missão de efetuar o resgate histórico dos erros e equívocos praticados por séculos.

⁴ Revista Direitos Fundamentais e Justiça-ANO 8, N° 27, P. 108-128, ABR/JUN. 2014

A melhora no sistema de ensino e, portanto, a formação de cidadãos capazes de um maior discernimento para a reivindicação de seus direitos perante as instituições públicas é uma necessidade atual, para que o país possa, de fato, evoluir. Sendo o exercício da cidadania plena só será alcançado quando todos os cidadãos tiverem a mesma oportunidade de se qualificar para a vida profissional, social e política de forma igualitária. (GODOY, 2014, p. 111).

5.1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO PARA O DIREITO ÀS COTAS RACIAIS

Quais seriam os critérios para determinar quem poderá ser beneficiado com as cotas raciais? Em algumas universidades, é necessário que o candidato se auto declare negro ou pardo e por meio de uma foto do candidato anexado os seus documentos de inscrição, uma banca de avaliadores da universidade ratifica ou retifica a declaração do aluno, habilitando-o ou desclassificando-o para a candidatura às vagas destinadas à cota racial.

A auto declaração do próprio candidato pode ser tendenciosa, já que haverá uma vantagem competitiva para o mesmo caso ele possa concorrer às vagas reservadas. A avaliação da banca, também pode ser uma fonte sem muita credibilidade para determinar a raça, a identidade e o futuro de um jovem com base na análise de seus aspectos físicos, mesmo se adotando também critérios objetivos como filhos de negros ou de um dos pais negro e o outro branco.

A autora Anelise Becker (2017, p. 18⁵), acredita que:

De um lado, a insindicabilidade da autodeclaração, ao argumento de que a adoção de um critério de acesso eminentemente subjetivo ensejaria um impasse no controle de acesso às vagas reservadas, pois não seria possível definir quem é preto ou pardo para tal fim, coloca em risco a própria afirmativa em questão, pois qualquer indivíduo

⁵ Boletim Científico. Escola Superior do Ministério Público da União. 2017.

que se autodeclare negro, somente por fazê-lo, fará jus ao benefício.

De outro, não basta reconhecer a possibilidade de revisão da autodeclaração sem refletir sobre os critérios e condições sob as quais está terá lugar, PIS, nesse caso, apenas se retornará à aporia inicial, pela imprestabilidade do controle levado a efeito, seja por aspectos formais, atinentes ao devido processo legal, seja por aspectos materiais, relativos ao mérito da própria avaliação.

Não bastando reconhecer a possibilidade de revisão de autodeclaração: a de dispor de parâmetros para tanto. Se, quanto à primeira questão, a jurisprudência ainda não está pacífica, embora venha se inclinando por sua aceitação, é no segundo ponto que as divergências se mostram mais acentuada.

Conforme quadro a seguir, podemos observar a quantidade de vagas disponíveis para promover o direito a igualdade educacional no Brasil:

5.2 CASOS Alan e Alex Teixeira da Cunha⁶

É notório o caso de dois irmãos gêmeos univitelinos, ou seja, gêmeos idênticos, provenientes do mesmo óvulo, de pai negro e de mãe branca, que, após a avaliação da banca da Universidade

⁶ Os gêmeos Alan e Alex Teixeira da Cunha, univitelinos, sempre foram considerados idênticos por todos que os conhecem. Mas isso não foi o suficiente para a Universidade de Brasília (UnB). Candidatos ao sistema de cotas para negros da instituição - que define por meio de uma foto quem se encaixa ou não no critério de raça - Alan foi considerado negro. Alex, não. O sistema de cotas na UnB, ao contrário da maior parte dos existentes no País, leva em conta apenas a cor, não a situação financeira do candidato. Na hora da inscrição no vestibular, o candidato a uma das vagas pelo sistema precisa tirar uma foto, que é anexada à documentação. A foto é analisada por uma banca, que decide quem é ou não negro. Filhos de pai negro e mãe branca, formados a partir do mesmo óvulo, os gêmeos Alan e Alex sempre foram confundidos um com o outro. Na hora de se candidatar a uma vaga no vestibular, Alan escolheu Educação Física e Alex, Nutrição. Nenhum dos dois têm convicção de que o sistema de cotas é bom, mas ambos decidiram tentar porque a nota de corte nas duas áreas é menor entre os cotistas do que entre os demais alunos.

de Brasília (UnB), tiveram destinos diferentes: um dos irmãos foi aceito para concorrer às vagas dos cotistas, o outro, não.

Quadro 1 - Distribuição das vagas conforme a Lei de Cotas⁷.

De acordo com o Portal do Estado de São Paulo, na época, a UnB considerava apenas o critério de raça, e não o socioeconômico, para a seleção dos cotistas. Após a submissão de fotografias à banca avaliadora da universidade, Alan foi considerado negro e Alex, não. A avaliação divergente dos irmãos Alan e Alex pela UnB é uma prova dos perigos de tentar classificar as pessoas por critério racial. Com a repercussão do caso, a UnB resolveu rever a decisão e incluí-lo como aluno cotista.

⁷ Pesquisa do site: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/cotas/lei-das-cotas.htm>. Ano 2017.

Dentro dessa percepção de cotas em não havendo igualdade de classificação, o que se pode observar é que as cotas raciais de acordo com Cristina Camargo elas acabam por dividir negativamente a sociedade após sua implementação, gerando ódio, racismo e ressentimento dos quais não estão dentro desse núcleo para tentar promover a “igualdade de direito”.

5.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Primeiramente, podemos destacar que as políticas públicas podem ser consideradas como a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais), traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. Devendo a sociedade, aprender a conviver com as diferenças existentes e respeitá-las, com a consciência de que, se isso fosse concretizado, haveria melhores condições para se viver, mais dignidade e educação. (PESSOA, 2018, p. 02).

De acordo o autor Godoy (2014, p. 04)⁸ e pode dizer que as políticas públicas têm início nos anseios e reivindicações da maioria da população, que através do voto elege seus representantes (poder legislativo e executivo), para criar as normas e colocar em prática os programas governamentais, das mais diversas áreas. Essas reivindicações da população se materializam através da escolha de seus candidatos, ou mesmo através de outras formas de manifestação, como os movimentos sociais.

A criação de Leis - Poder Legislativo - é um instrumento importante para tutelar o direito das minorias, porém, sabe-se também que somente isso não tem sido suficiente para promover mudanças e igualdade, devendo haver também uma ativa participação do Poder Executivo. (PESSOA, 2018,p. 07).

Desse modo, para a criação de políticas públicas que objetivam aniquilar ou reduzir as discriminações sociais, é necessário

⁸ Revista Direitos Fundamentais e Justiça- ANO 8, Nº 27, P. 108-128, ABR/JUN. 2014. Autor Godoy.

primeiramente entender o que originou esse problema público e posteriormente buscar soluções e alternativas. Caso isso ainda não tenha se concretizado, entender porque tais soluções ainda não foram implementadas. Analisar quais obstáculos existentes que impedem a efetivação de determinadas medidas e avaliar sua efetividade, ou seja, seu resultado perante a sociedade (PESSOA, 2018, p.05). No mesmo sentido (Picini, 2009, p. 74):

A participação social é considerada importante elemento de gestão e componente fundamental para a elaboração das políticas públicas. As propostas do programa de governo são (ou devem ser) construídas a partir das demandas e necessidades da sociedade. Essas, na medida de possível, são incorporadas as políticas públicas.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil iniciou uma jornada em busca de cidadania. O povo brasileiro aplaudiu a nova carata política e assiste a construção de uma sociedade voltada para o coletivo, para o progresso e para o bem-estar geral.

Nosso sistema jurídico permanece em construção, através da interpretação da Constituição em seus variados temas, bem como na elaboração das normas constitucionais que, em diversos casos, materializam as normas programáticas ditadas pela Lei Máxima.

No artigo 205⁹ do texto constitucional, temos a norma de constituição e funcionamento do sistema nacional de educação. Trata-se de redação feliz, coerente e de abrangência suficiente, para tornar basilar nosso sistema educacional. Com relação aos deveres e garantia que devem ser efetivado pelo Estado, tem:

⁹ Art. 205.: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Constituição Federal de 1988.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educando no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

O autor (GODOY, 2014, p. 03) destaca que o texto constitucional promove comandos necessários para que se desenvolvam e se tenha políticas públicas de educação, para que produzam os resultados que o país precisa, mas o processo de evolução do sistema nacional de educação através de políticas públicas é um processo lento e não instantâneo, que deve ter início na base, formando estudantes com capacidade de suficiente, para,

por si só, conseguirem sua vaga nos estabelecimentos de ensino superior, ou nos concursos públicos. Acreditando assim, que o Brasil precisa de uma política pública para educação, que respeite a Constituição e seus cidadãos.

Recentemente, no dia 18 de setembro, foi divulgado uma notícia no site da BBC NEWS BRASIL¹⁰, que demonstra exatamente a importância da padronização em oportunidades educacionais iguais a ricos e pobres para que se assim possa ter uma educação de referência. Até o começo do século XX, os Finlandeses só conheciam sobretudo a pobreza, mas nos anos seguintes, o país foi transformado por um conjunto de políticas educacionais e sociais que, criaram um dos mais celebrados modelos de excelência em educação pública do mundo. No Brasil, enquanto isso, reduzir a imensa desigualdade de oportunidades educacionais que existe entre as crianças que nascem em famílias pobres e as mais ricas segue sendo um dos principais desafios do país.

É o conhecido milagre finlandês, iniciado na década de 70 e turbinado nos anos 90 por uma série de reformas inovadoras. Em um espaço de 30 anos, a Finlândia transformou um sistema educacional medíocre e ineficaz, que amargava resultados escolares comparáveis aos de países como o Peru e a Malásia, em uma incubadora de talentos que a alçou ao topo dos rankings mundiais de desempenho estudantil e alavancou o nascimento de uma economia sofisticada e altamente industrializada.

Trata-se, à primeira vista, de um enigma: os finlandeses estão fazendo exatamente o contrário do que o resto do mundo faz na eterna busca por melhores resultados escolar - e está dando certo. O receituário finlandês inclui reduzir o número de horas de aula e limitar ao mínimo os deveres de casa e as provas escolares.

¹⁰ Conforme site: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional>. Acesso 16 de novembro de 2018. 45489669?SThisFB&fbclid=IwAR04P_UD0J6mXb-qbpmm8cnY2GN5hcJyR36zRbU_R7FUSJ4_wOmm03KQvVQc.

6 STF - CONSTITUCIONALIDADE DE SISTEMA DE COTAS RACIAIS NS CONCURSOS PÚBLICOS (LEI 12.990/2014)

O Supremo Tribunal Federal¹¹ decidiu a favor da constitucionalidade da adoção de sistemas de cotas raciais, juridicamente fundamentado por esse princípio. De acordo com ele, as cotas raciais podem ser vistas como formas de discriminação positiva, uma iniciativa moral que almeja beneficiar uma parcela da população que é, historicamente, desfavorecida.

De acordo com o Ministro Luiz Roberto Barroso (Relator) da ADC 41/ DF, a Lei que reserva a pessoas negras 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta e indireta, por três fundamentos, primeiramente a desequiparação promovida pela política de ação afirmativa em questão está em consonância com o princípio da isonomia. Ela se funda na necessidade de superar o racismo estrutural e institucional ainda existente na sociedade brasileira, e garantir a igualdade material entre os cidadãos, por meio da distribuição mais equitativa de bens sociais e da promoção do reconhecimento da população afrodescendente, em segundo lugar, não há violação aos princípios do concurso público e da eficiência, pois a reserva de vagas para negros não os isenta da aprovação no concurso público. Como qualquer outro candidato, o beneficiário da política deve alcançar a nota necessária para que seja considerado apto a exercer, de forma adequada e eficiente, o cargo em questão. Além disso, a incorporação do fator “raça” como critério de seleção, ao invés de afetar o princípio da eficiência, contribui para sua realização em maior extensão, criando uma “burocracia representativa”, capaz de garantir que os pontos de vista e interesses de toda a população sejam considerados na tomada de decisões estatais e por fim, a medida observa o princípio da

¹¹ SITE: www.stf.jus.br. Notícias do STF:09/05/2012.

proporcionalidade em sua tríplice dimensão. A existência de uma política de cotas para o acesso de negros à educação superior não torna a reserva de vagas nos quadros da administração pública desnecessária ou desproporcional em sentido estrito. Isso porque: nem todos os cargos e empregos públicos exigem curso superior; ainda quando haja essa exigência, os beneficiários da ação afirmativa no serviço público podem não ter sido beneficiários das cotas nas universidades públicas; e mesmo que o concorrente tenha ingressado em curso de ensino superior por meio de cotas, há outros fatores que impedem os negros de competir em pé de igualdade nos concursos públicos, justificando a política de ação afirmativa instituída pela Lei nº 12.990/2014.

Segue a decisão de Constitucionalidade da Lei de Cotas em Universidades Públicas:

STF¹² confirma validade de sistema de cotas em universidade pública

Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou nesta quarta-feira (9) a constitucionalidade do sistema de cotas adotado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A decisão foi tomada no julgamento do

¹² O relator do recurso, ministro Ricardo Lewandowski, votou pela constitucionalidade do sistema por entender que os critérios adotados pela UFRGS estão em conformidade com o que já decidido na ADPF 186, em que o Plenário confirmou a constitucionalidade do sistema de cotas adotado pela Universidade de Brasília (UnB). Ele lembrou que na ocasião do julgamento da ADPF 186, o STF concluiu pela constitucionalidade das políticas de ação afirmativa; da utilização dessas políticas na seleção para o ingresso no ensino superior, especialmente nas escolas públicas; do uso do critério étnico racial por essas políticas; da auto identificação como método de seleção; e da modalidade de reserva de vagas ou de estabelecimento de cotas. “Não há nenhuma discrepância. Penso que cada universidade deve realmente ser prestigiada no que concerne o estabelecimento desses critérios, sobretudo, desta universidade que é uma das maiores e mais reconhecidas do país em termos de excelência acadêmica”, destacou o ministro ao afirmar que a UFRGS “certamente soube estabelecer critérios consentâneos com a realidade local”.

Recurso Extraordinário (RE 597285), com repercussão geral, em que um estudante questionava os critérios adotados pela UFRGS para reserva de vagas. A universidade destina 30% das 160 vagas a candidatos egressos de escola pública e a negros que também tenham estudado em escolas públicas (sendo 15% para cada), além de 10 vagas para candidatos indígenas. De acordo com o estudante, o sistema não é razoável e traz um “sentimento gritante de injustiça”.

(...)

Ele informa que prestou o vestibular para o curso de administração em 2008, primeiro ano da aplicação do sistema de cotas, e foi classificado em 132º lugar. Segundo sua defesa, se o vestibular tivesse ocorrido no ano anterior ele teria garantido vaga, mas no novo modelo concorreu a apenas às 112 vagas restantes.

Portanto, o resultado do julgamento sanciona a manutenção das reservas de vagas para estudantes negros, pardos e índios nas universidades, cujo objetivo é corrigir injustiças históricas provocadas pela escravidão na sociedade brasileira, tendo como um dos efeitos desse passado escravocrata o fato de negros e índios terem menos oportunidades de acesso à educação superior e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho.

7 VIÉS DO RACISMO INSTITUCIONALIZADO NAS POLÍCIAS BRASILEIRAS

As polícias brasileiras são frequentemente questionadas pela adoção de práticas autoritárias e violentas contra a população negra, dentre os casos, podemos verificar nos noticiários episódios de torturas e extermínio de cidadãos que, sob a pecha de suspeitos, são sumariamente condenados, julgados e executados à margem da Lei pelos policiais que com eles se deparam em vias públicas. (WANDERLEY, 2017, p. 190). Ainda de acordo com

Gisela Wanderley¹³, 2017, p. 190:

[...] dois problemas emergem em paralelo: o déficit de regulamentação jurídica e o controle da atividade policial, sobretudo nas fases anteriores à formalização da investigação pré-processual, e a incidências discriminatória da violência estatal da população negra, a partir da filtragem racial (racial profiling) e do racismo institucional. Por isso, esses episódios mais dramáticos de eliminação da própria vida dos cidadãos abordados se inserem em um contexto mais amplo de descontrole da atividade policial, em que também intervenções policiais cotidianas e rotineiras, tais como revistas, buscas e interrogatórios informais, recaem desproporcional e abusivamente sobre os negros. Ao cabo, tal modelo resulta na incidência também mais frequente da própria perseguição penal formal e do encarceramento em massa sobre essa parcela da população.

Nas fases embrionárias da criação da instituição policial no Brasil, por ocasião da chegada da família real (1808), cabia as políticas “sufocar os agitadores republicanos, conter os capoeiras, disciplinar os escravos de ganho e normatizar o comportamento público” (MUNIZ, 1999, p. 54-55).

Nesse período, articulava-se de modo explícito, no plano normativo, uma cidadania, não reconhecida aos escravos, a qual impactava de modo direto a sua interação com o aparato estatal e, em particular, com as polícias. Na Constituição de 1824, os escravos não eram considerados cidadãos e não gozavam da plenitude dos direitos políticos (art. 6º). No entanto, eram considerados como pessoas quando acusados de delitos. Portanto, eram invisíveis perante o Estado na posição de sujeitos

13 WANDERLEY, Gisela Aguiar. Filtragem racial na abordagem policial: A “estratégia de suspeição generalizada” e o (des) controle judicial da busca pessoal no Brasil e nos Estados Unidos. **Revista brasileira de ciências criminais**, n. 135, p. 189-229, 2017.

de direitos, mas, uma vez encarados sob a ótica da suspeição, tornavam-se visíveis e puníveis, sobretudo pelas políticas e demais instituições de persecução penal.

A partir de então, a manipulação das nações de suspeição e periculosidade atrela-se diretamente à repressão de estados ou condições materiais de determinados indivíduos tidos como elementos de desordem. Na identificação de vadios, mendigos ou indivíduos “presumidamente perigosos” ou “suspeitos de pretensão de cometer algum crime” no espaço urbano, a polícia tenciona preservar a ordem pela repressão antecipada aos presumidamente suspeitos, mesmo se indícios de atos concretamente perigosos ou lesivos (WANDERLEY, 2014, p.196). Ainda de acordo com os autores (WANDERLEY, 2014, p. 200):

As características dos indivíduos alvos das abordagens dos policiais correspondem ao perfil daqueles que lotam as casas penais do município, estado ou do país, como diz o soldado: “a gente vai ver: negro, é... cabelo grande, cheio de tatuagem [...]”. Até porque é esse o tipo de infrator mais procurado, “mesmo sabendo que tem pessoas que tão bem vestidas, que tem pessoas que não têm tatuagem, mas o biotipo do cidadão infrator é aquele cabeludo, aquele tatuado”.

Ocorre a análise de que a busca pessoal pelas políticas brasileiras permite constatar que a negritude é comumente identificada pelos policiais como indício de suspeição e periculosidade, tendo como consequência, a liberdade de circulação de jovens negros no espaço público é reiteradamente tolhida pela reiterada interpelação de tais indivíduos pelo aparato policial, que exerce um poder virtualmente ilimitado de coerção com base em uma nova vaga e fluida de suspeição. (WANDERLEY, 2014, p. 222).

Silva e Mariana (2017, p. 418-419) relatam que ocorre um debate acerca da desigualdade no tratamento conferido a pessoas negras pelo sistema de justiça criminal, que ocorre a tempos, fazendo parte do conflito silencioso pelo mito da democracia racial e pela exclusão sistemática promovida pela história dos vencedores. Dentre os dados pode-se destacar, conforme a autora:

Não faltam dados que demonstrem que são negros os corpos caídos no chão. Basta ver o Mapa da Violência de 2016-Homicídios por arma de fogo no Brasil para notar a queda do número absoluto de homicídios na população branca e o aumento nos números da população negra entre 2003 e 2014, com crescimento expressivo da vitimização de 71,7% para 158,9%: isto é, morrem proporcionalmente, 158,9% mais jovens negros que brancos.

Costumeiramente, o sistema de justiça criminal costuma camuflar seu racismo institucional a partir da justificativa da racionalidade e da imparcialidade, discurso que serve como manutenção de exclusões e impedido o debate público sobre as desigualdades sociais, tendo como problema que advém de tal postura é o uso do Direito como instrumento de denominação e opressão sobre a população negra, sob o pressuposto de que se está realizando a operação incontestável de subsunção às normas, numa legalização do racismo institucional.

7.1 PESQUISAS RELACIONADAS ÀS DOENÇAS QUE PODEM SER DECORRENTES DAS PRÁTICAS RACIAIS

Conforme pesquisa das Ciências Psicológicas¹⁴, já existem efeitos negativos da exposição a intolerância e violência. Não são poucas as vítimas que acabam desenvolvendo o transtorno de estresse pós-traumático: deparar-se com pessoas da mesma

¹⁴ <https://www.ceert.org.br>. ARRAES; JARID. Os danos psicológicos do racismo para ativistas. 12/04/2016.

idade e sexo que os agressores, encontrar-se em uma situação parecida ou até mesmo escutar os barulhos ou a música que tocava no momento da violência podem se tornar ativadores potenciais de uma crise. Não importa se a violência foi um abuso sexual ou um emprego injustamente perdido: um trauma desse calibre é muito intenso e pode perdurar por uma vida sem jamais ser superado. É preciso trabalhar diariamente para aprender a lidar e conviver com o passado.

Para quem faz parte de algum grupo desfavorecido, é praticamente impossível levar uma vida sem pelo menos alguns episódios de violência. Mulheres negras, especificamente, são alvos cotidianos tanto do racismo institucional quanto da misoginia. Sexo e cor não são características que podem ser omitidas quando conveniente, levando a um tipo de intolerância muito constante: mulheres negras estão expostas em período integral às mais variadas agressões e situações de violência. A menor qualidade de vida das mulheres negras não se dá exclusivamente pela dificuldade e falta de oportunidades para trabalhar, se relacionar ou mesmo transitar pelas ruas; elas também estão incrivelmente sujeitas a crises de depressão ou estresse e outros problemas emocionais. (ARRAES, 2016, 03).

Não é completamente impossível manter a saúde emocional mesmo sendo vítima de preconceito. Muita gente consegue encarar o preconceito de frente e ser feliz. Embora seja necessário muito esforço para lutar e fortalecer a autoestima, é possível adotar algumas estratégias para manejar o problema. Mas se para algumas pessoas é possível encontrar um hobby, sair com amigos ou mesmo tirar férias para desviar o foco do problema, quem é ativista pelos Direitos Humanos tem muito mais dificuldade para preservar a saúde mental. Mulheres negras e feministas não precisam enfrentar somente o racismo que sofrem, pois acabam lidando no ativismo com infinitas outras situações de injustiça direcionadas a outras pessoas. (ARRAES, 2016, p. 06).

Enfrentar os próprios fantasmas já é uma batalha árdua, mas o ativismo político reúne essas questões de uma forma massiva. Para quem participa de um movimento social, são muitas notícias, depoimentos e denúncias revoltantes, além de ações e intervenções presenciais que elevam ainda mais a proximidade com o problema. O racismo está sempre presente no dia-a-dia, pois a mulher negra feminista não está em contato somente com os grandes acontecimentos que ganham repercussão na mídia. Ser ativista significa lidar diariamente com depoimentos e pedidos de ajuda de companheiras agredidas e acompanhar portais de notícias ou blogs coletivos com acontecimentos que nem sempre aparecem na tv. Não basta lidar pessoalmente com a intolerância da sociedade: quem é ativista acaba tomando conhecimento de novos casos de violência e discriminação a todo momento. E é muito mais difícil tentar “esquecer os problemas” quando você tem acesso ao número total de estupros ou mortes só na última semana – uma informação que talvez fosse preferível não saber. (ARRAES, 2016,p. 02).

Não são poucas as militantes que relatam estados agudos de depressão, perda de energia e falta de motivação com a vida. Muitas vezes isso pode levar à fraqueza e vulnerabilidade física, abrindo espaço para outras doenças. Parte disso acontece porque os próprios sofrimentos íntimos acabam sendo mais aguçados; mas o maior vilão é o confronto sem pausas com a realidade. (ARRAES, 2016, p. 04).

Podendo dizer que o racismo se configurou com resultado eurocêntrico de práticas culturais que se impuseram sobre as relações intersubjetivas e que seus efeitos adoeceram tais relações: de um lado o medo da alteridade que impulsiona atitudes sociais sádicas que naturalizam a crueldade, e de outro a persecutoriedade de historicidade multigeracional.

Em 1888 a escravidão foi extinta no Brasil, entretanto não houve melhorias na situação dos ex cativos. Apesar de libertos,

não ocorreu nenhum processo ou ajuda que integrasse os negros na sociedade brasileira, por conta disso a população negra teve que se submeter à trabalhos degradantes e habitar em lugares inferiores e afastados da sociedade para poder sobreviver. Esse afastamento físico e social da sociedade é presente até hoje, visto que negros são a maioria nas favelas (IPEA, 2008) e a minoria nas universidades do país. A desorganização social produzida pelo racismo gerou condições de vida terríveis e humilhante na vida dessas pessoas, esse isolamento social e econômico criado na época da escravidão fez com que o negro não participasse do estilo de vida urbana e, por conseguinte, se sentisse isolado e invisível do meio social. (SILVA, 2017, p. 03). O racismo na modernidade é mascarado, na época da escravidão ele era visível e escancarado na sociedade, porém, por conta das transformações sociais ocorreu uma modificação. Entretanto, apesar de não ser tão visível como antes, o racismo ainda é presente. A quantidade de vítimas que acabam adquirindo algum transtorno, como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático, são bastantes.

É possível afirmar que o ambiente externo a qual o indivíduo está presente e atua é de extrema importância para a manutenção da saúde mental dele, sendo assim é possível afirmar que o ambiente em que a maioria da população negra reside, que são locais afastados da vida urbana, áreas violentas, sem saneamento básico e educação adequada, aumenta os níveis de estresse do indivíduo e influencia profundamente em problemas em sua saúde mental. (OLIVEIRA; SANTOS, 2017, p.06).

Além da depressão, como mencionado acima, temos ainda como possíveis doenças resultantes das práticas raciais, pode-se mencionar os problemas renais, que de acordo com a pesquisa Revista¹⁵, um estudo norte-americano¹⁶ mostra que indivíduos

¹⁵ Ciência, tecnologia. <https://exame.abril.com.br/ciencia/como-o-racismo-afeta-a-saude-dos-negros-segundo-a-ciencia/>.

¹⁶ Relationship of the American Heart Association's Impact Goals (Life's Simple 7) With Risk of Chronic Kidney Disease: Results From the Atherosclerosis Risk in Communities (ARIC) Cohort Study.

que são discriminados pela sua cor têm grandes chances de terem falência renal. Os pesquisadores estudaram 1.574 moradores da cidade de Baltimore, nos EUA, durante cinco anos. Desse total, 20% dizem sofrer muito com o racismo e têm maior pressão arterial do que aqueles que afirmam sofrerem menos.

A coautora do estudo Deidra C. Crews (2015, p. 15) disse que:

[...] a liberação de hormônios do estresse pode levar a um aumento na pressão arterial. Uma das principais causas da falência renal é a elevada pressão arterial.

A hipertensão, também se mostra ligada á práticas de discriminação racial, sendo que de acordo com um estudo¹⁷ publicado no Jornal da Associação Americana de Saúde Pública, após examinarem mais de cinco mil voluntários negros com idades entre 35 e 84 anos que sofrem ou sofreram racismo, cerca de 64% das mulheres e 59,7% dos homens tinham hipertensão. Vale ressaltar que, para chegar a esse resultado, o nível socioeconômico dos voluntários foi adicionado à conta. A associação entre a hipertensão e a discriminação foi ligeiramente enfraquecida devido a dois fatores: índice de massa corporal e fatores comportamentais. Mesmo assim, as taxas de hipertensão continuaram maiores entre os negros.

Com relação às doenças mentais, um estudo realizado na Holanda¹⁸, com 4.800 pessoas em que foram divididas em dois grupos: um com indivíduos que sofreram com discriminação racial e outro que não. Ambos testaram negativo em exames relacionados a traços paranoides e doenças mentais. No entanto, os

¹⁷ Perceived Discrimination and Hypertension Among African Americans in the Jackson Heart Study. ano 2012. <https://ajph.aphapublications.org/doi/abs/10.2105/AJPH.2011.300523>.

¹⁸ Racism and health. ano 2011. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1125019/>.

pesquisadores descobriram que as pessoas que foram discriminadas eram duas vezes mais propensas a desenvolver sintomas psicóticos nos próximos três anos, estando assim, o racismo, também ligado com sintomas graves de estresse pós-traumático.

8 CONCLUSÃO

O cidadão brasileiro deve entender que ninguém é melhor que ninguém por causa da cor da pele, sendo que a discriminação, o ódio, a intolerância e a violência são atitudes que devem ser repudiadas pela sociedade, em nome do respeito à dignidade humana.

Acredita-se que o erro não é o sistema de políticas de cotas, mas sim o critério usado para se definir quem são os beneficiários dessa política, que é o de raça. Não se discutem os benefícios trazidos por leis e políticas e que procuram incluir camadas da população que, por sua condição, têm dificuldades de acesso ao mercado de trabalho ou as escolas e universidades.

O preconceito racial ainda é uma triste realidade que precisa ser combatida, e para que haja uma verdadeira igualdade entre pessoas de todas as raças, é necessário combater o preconceito e adotar ações que possibilitem que todos tenham acesso às mesmas oportunidades, sem sofrer discriminação racial ou qualquer outra.

Enquanto a mentalidade dos brasileiros ainda segregar brancos e negros, a adoção de ações afirmativas para que haja igualdade de oportunidades ainda serão alternativas a serem consideradas.

A decisão dos gestores sobre a adoção ou não das cotas raciais pelas universidades, agora com sua constitucionalidade amparada pelo recente julgamento do Supremo Tribunal Federal, deve considerar, no entanto, que segregar para beneficiar é estimular essa divisão entre raças. Divisão, inclusive, bastante imprecisa, já que a miscigenação no Brasil é tão intensa que dificulta a definição de quem estaria habilitada a concorrer a essas vagas.

O melhor caminho ainda é combater qualquer pensamento discriminatório e incentivar o progresso de todos, independentemente da raça ou de qualquer outro critério.

A adoção de cotas sociais, embora seja uma opção mais abrangente que as cotas raciais, devem ser vista como uma alternativa de política temporária. O que é realmente necessário é que o governo cumpra com a sua responsabilidade de oferecer uma educação de qualidade para todos os brasileiros.

A população acaba tendo um papel importante na cobrança da concretização desse seu direito. Talvez seja hora de mudar o foco da discussão sobre cotas raciais para o verdadeiro e ainda negligenciados problema dessa questão: a má qualidade do ensino nas escolas públicas e a utilização ineficiente dos recursos financeiros destinados ao ensino superior.

O exercício da cidadania plena só será alcançado quando todos os cidadãos tiverem a mesma oportunidade de se qualificar para a vida profissional, social e política de forma igualitária entre pobres e ricos.

REFERÊNCIAS

CLÊVE, Cleverson Merlin. **Ações afirmativas: uma análise teórica.** Revista Bonijuris, nº 654, p. 26-34, 2018.

COUTRIM, Rosa Maria; PENA, Mariza Aparecida Costa; de Souza, Leticia Pereira. **Ação Afirmativa em foco: táticas e estratégias de candidatos para burlar a Lei de Cotas em uma universidade pública/ Affirmative Action in focus: Tactics and strategies for bypassing Quota Laws in a public university.** Revista de Educação PUC-Campinas, v. 23, n. 1, p. 142-154, 2018.

GODOY, Edilson Pereira; Geraige, Zaiden Neto. **O sistema de cotas raciais na política educacional do país. Respeito à cidadania?** Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça, v. 8, n. 27, p. 108-128, 2014.

LACERDA, Marina et al. **O racismo do sistema penal na perspectiva da psicologia experimental: diálogos possíveis com a criminologia.** Revista brasileira de ciências criminais, n. 135, p. 417-445, 2017.

MÄDER, Bruno Jardini. **Psicologia e relações Étnico-Raciais: Diálogos sobre o sofrimento psíquico causado pelo racismo**. Curitiba: CRP-PR, 2016.

MARINHO, Adriana Costa; CARVALHO, Márcia Haydee Porto. **Ações afirmativas e o princípio da igualdade: cotas raciais, um instrumento social para a promoção da igualdade de oportunidades**. Revista Ceuma Perspectivas, v. 31, n. 1, p. 34-48, 2018.

MELO, Fernandes, Sanches; Dias, Rodrigo Ruiz; Marcos Vinícius Santos. **A eficácia das penalidades nos crimes de racismo e injúrias racial**. Perfis de las Ciencias Sociales, v. 6, n. 11, 2018.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. 1999.

NAZARÉ Barbosa, Rosângela Maria et al. **Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura**. Educar em Revista, v. 34, n. 68, p. 253-268, 2018.

NÓBREGA, Guilherme Pupe da. **A busca por limites ao subjetivismo judicial: critérios de racionalidade e legitimidade em sede de jurisdição constitucional**. 2012.

NUNES, Cleucio Santos. **Em defesa das ações afirmativas no serviço público**. Revista bimestral de direito público, Nº 186, P. 89-111, 2016.

OLIVEIRA, Diana Ramos; MAGNAVITA, Pilar; DE OLIVEIRA, Felipe Santos. **Aspectos sociocognitivos como eventos estressantes na saúde mental em grupos étnicos e minoritários no Brasil**. Summa Psicológica UST, v. 14, n. 1, p. 43-55, 2017.

PEREIRA, Jesana Batista; SANTOS, Wanessa Dias dos. **Raça, racismo e constituição da criança negra no contexto escolar: diálogo entre conceitos e vivências**. Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-Alagoas, v. 4, n. 3, p. 20, 2018.

PICINI, Juliana. **Afirmativa na ADPF n 186 perante a Supreme Corte Brasileira.Fórum administrativo** , Nº 186, P. 64-75, 2016.

PIOVESAN, Flavia. **Ações afirmativas e direitos humanos**. Revista USP, n. 69, p. 36-43, 2006.

PIOVESAN, Flávia. **Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas**. Estudos feministas, p. 887-896, 2008.

SANTOS, É. G. (2009). **Igualdade e raça: o erro da política de cotas raciais**.Fórum

SANTOS, Juciara Alves. **Sofrimento psíquico gerado pelas atrocidades do racismo.** Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 10, n. 24, p. 148-165, 2018.

SILVA, Millena Carolina. **O impacto do racismo na saúde mental das vítimas.** 2018.

VEIGA, Saulo; MARIA, Ana. **O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.2, abr./jun. 2008. p.371-388.

WANDERLEY, Gisela Aguiar. **Filtragem racial na abordagem policial: A “estratégia de suspeição generalizada” e o (des) controle judicial da busca pessoal no Brasil e nos Estados Unidos.** Revista brasileira de ciências criminais, n. 135, p. 189-229, 2017.